

AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO DOCENTE: O MAU ESTAR NAS ESCOLAS

A epígrafe do decreto nº 26/2012 que regulamenta a avaliação de desempenho docente começa por ditar que “A experiência colhida com modelos de avaliação do desempenho docente anteriores demonstrou a necessidade de garantir um modelo de avaliação que vise simplificar o processo e promova um regime exigente, rigoroso, onde se valorize a actividade lectiva e se criem condições para que as escolas e os docentes recentrem o essencial da sua actividade: o ensino e a aprendizagem.” Ao fim de 10 anos de aplicação do supracitado decreto estaremos todos em condições de assegurar que não foram a simplificação, o rigor e a exigência os fundamentos para que o conselho de ministros, liderado por Passos Coelho, aprovasse tal decreto.

Longe da simplificação, ficam as escolas e os seus professores imersos ainda em mais burocracia com a construção e preenchimento de grelhas, actas, pseudo planos de aula para inglês ver. Longe do rigor temos a arbitrariedade, a subjectividade, às vezes o “amiguismo” ou “inimiguismo”. Longe da valorização da actividade lectiva, temos uma avaliação que pouco ou nada diz sobre a forma como o professor trabalha em prol da aprendizagem dos alunos em contexto de sala de aula e se centra em parâmetros que nada têm a ver com aspetos pedagógicos e didáticos. Não resulta deste modelo de pseudo-avaliação a criação de instrumentos para o incremento da qualidade do ensino ministrado. Resulta antes a promoção da competição, da suspeição, do conflito, da divisão entre docentes. Não há lugar para a cooperação, para o diálogo sobre práticas educativas, para a confiança entre profissionais, para a coesão escolar, estes sim incrementos essenciais a um ambiente educativo promotor da elevação da qualidade do ensino-aprendizagem.

AUTONOMIA NÃO HÁ (NEM NUNCA HOUE)

A Assembleia Municipal de Coimbra acaba de aprovar a transferência da gestão dos equipamentos escolares para a esfera autárquica. Só a CDU e um movimento de cidadãos votaram contra a medida. Até as instalações escolares deixaram já de ser um instrumento educativo da nunca concedida autonomia das escolas, mesmo que a propaganda governamental promotora da municipalização fosse escondendo a maldade em curso atrás do biombo do “valorizar e qualificar a escola pública” e do “aproximar os centros de decisão das populações”. Em março de 2018, no Encontro Nacional do PCP sobre a educação em Portugal, Ricardo Oliveira, do Comité Central, deixaria dito que “de acordo com a proposta de lei do Governo PS, deste processo não pode resultar aumento da despesa pública, algo que tem sido comum aos vários processos de municipalização, quer pela mão de governos do PS ou do PSD e

Na Escola Artística do Conservatório de Música de Coimbra soma-se, a este modelo avaliativo, a iníqua condição de estarem os professores submetidos a avaliação externa a ser avaliados por docentes de grupos de recrutamento não competentes para as áreas específicas a avaliar, ao arrepio da legislação, resultando numa sensação de desrespeito e amesquinçamento do Ensino Artístico Especializado da Música e da Dança, dos seus professores e alunos.

A imposição de vagas para acesso aos 5º e 7º escalões serve apenas para impedir uma grande parte dos professores de atingirem escalões superiores, independentemente de terem sido avaliados pelos professores avaliadores como excelentes. O único critério a que obedece é economicista, na pior vertente da economia - aquela que descuida os trabalhadores, as escolas, a educação, enfraquecendo os direitos de uma classe profissional e as legítimas aspirações a ascenderem ao topo da carreira.

Hoje, nem os defensores da meritocracia se sentem confortáveis com este modelo de avaliação do desempenho. Hoje, todos os que são professores preocupados com a escola, com os alunos e a sua aprendizagem, desejam a substituição urgente deste modelo.

Numa época em que alguns mostram espanto com a falta de professores, podemos afirmar que este modelo avaliativo funciona como mais um carburador da desmotivação, do desalento e do afastamento da profissão docente.



CDS. Tal como no passado, propõem-se transferir para os municípios matérias da competência actual do Ministério da Educação, mas também dos órgãos de gestão das escolas e agrupamentos, numa clara política de centralização”.

Municipalizando, a Administração Central escolhe para si o papel meramente regulador, responsabilizando-se pelos currículos e pelo corpo docente. Mas mesmo esta competência de “guardar” professores vem sendo fragilizada. Numa iniciativa que não tem nada de apenas-simbólico, as autarquias vão distribuindo pelos docentes das escolas públicas cartões de identificação de docente nos quais surgem, dominadores, os símbolos da autarquia (no arranjo gráfico dos novos documentos não há nem rasto do logótipo do Ministério da Educação). Já menos simbólica é a intenção declarada

(continua no verso)



de conceder aos diretores das escolas a possibilidade de contratação de professores, subvertendo o princípio da colocação a partir da graduação profissional. Imperfeito que qualquer sistema tende a ser (pela multiplicidade de factores que nele intervêm), no modelo atual, ainda assim, não participam o compadrio, a cedência ao facilitismo e o favorecimento por simpatias variadas.

O processo de transferência de competências não pode ser dissociado do ataque à gestão democrática das escolas, concretizado pelo governo PS (de Sócrates) e afinado pelos governos subsequentes. Em ambiente geral de perda de autonomia,

o actual funcionamento não democrático das escolas transforma-as em naturais cumpridores de objectivos que não os das aprendizagens (na perspectiva da formação integral do indivíduo). A escola “obediente” tende, como estamos fartos de saber, a educar conformados. É para lá que nos encaminham.

Sabemos, de resto, o que vem significando a gestão municipal de programas educativos como as AEC, um acrónimo que já se transformou numa injúria educativa. E conhecemos as vontades privatizadoras, que esperam poder beneficiar da expectável incapacidade de gerir, no âmbito municipal, um sistema educativo feito para ser um pilar de dimensão nacional. É o desastre da coisa pública que se anuncia, enquanto no horizonte das “oportunidades” se perfilam “empreendedores” capazes de apenas produzir conformação juvenil e precariedade laboral.

A MÚSICA CLÁSSICA E A SUA IMPORTÂNCIA NO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS

Há tendência para achar que as crianças não conseguem apreciar música clássica. Numa forma quase condescendente há uma disposição para facilitar as aprendizagens dos nossos alunos, pensando que ensinar uma música que ouviram no TikTok é mais fácil do que introduzir os alunos a Mozart, Beethoven e companhia. O nosso trabalho é mesmo esse - mostrar aos nossos alunos a beleza da música clássica e como aprender a gostar, de ouvir e de tocar.

Numa sociedade em que existe uma inclinação ao consumo rápido poderíamos pensar que a música clássica está ultrapassada, que não faz sentido insistir a que os nossos alunos estudem Bach ou Chopin ou Shostakovich. Com origens nos mosteiros na Idade Média o que diferencia este tipo de música de todas as outras é a notação. Até então, havia uma tradição oral da música. A partir do momento em que se inventou a notação pudemos finalmente partilhar a música. Explica Estelle R. Jorgensen:

“A notação musical é uma das mais singulares conquistas da música clássica ocidental. A notação fornece uma maneira de gravar as nuances de uma performance, intelectualizando a música e propagando-a ampla e desigualmente no tempo e no espaço e aprendendo rapidamente novas peças de música.

Tornar-se instruído nesta tradição é essencial. Desde que a música é notada, podemos ler uma partitura e ouvir como deve soar e rapidamente perceber o que está a acontecer mesmo que uma peça particular nos seja desconhecida. Permanecendo analfabeto nesta tradição priva-nos de conhecimento essencial para uma participação plena numa sociedade que se diz Ocidental. Esta privação, seja intencional ou não, é discutivelmente racista e classista quando falha em garantir que todas as pessoas, independentemente do seu meio, tenham a possibilidade de ser letrados musicalmente.”

Um outro aspecto é o que a música clássica transmite e incute no ser humano. No mesmo artigo continua: “A música clássica ocidental é uma conquista intelectual que apela à vida da mente. No seu repertório há momentos de criações por vezes brilhantes e profundamente comovedoras, obras de um talento excepcional e de génio humano.

Esta música valoriza um pensamento crítico e imaginativo. As suas cores, texturas, formas e estilos contêm partituras e performances articuladas e significativas vistas como processo e produto. Assim, convida tanto a

uma contemplação intelectual e análise desapassionada como a uma resposta emocional e desejo físico porque também incorpora e envolve intelectual, física e emocionalmente. Num tempo em que a música tem o objetivo de despertar emoção e desejo, a música clássica ocidental apela ao espírito humano porque cultiva o intelecto e convida a uma reflexão crítica e à imaginação. O seu apelo intelectual é consistente com as capacidades requeridas para a conduta da sociedade humana e civil. Ao contrário da auto-exposição, na qual uma pessoa simplesmente transmite os seus sentimentos, o artista transforma o sentimento em algo com significado, evocativo de emoção ainda mais profunda e comovente presente à mente. Esta expressividade é conseguida através do engajamento intelectual, contenção emocional e compaixão e integridade pessoal. Fazer e ouvir esta música é humano e significativo apesar de às vezes ser inquietante e angustiante. Negligenciando ou destruindo tesouros culturais ou de outra maneira impedindo a sua fabricação é humilhante e anti-humanista e revela uma insensibilidade anti-intelectualista e um fanatismo que vai contra os tipos de envolvimento e crítica necessárias em sociedades humanas e livres.”

Sendo nós professores numa escola de Ensino Artístico Especializado, de Música, Dança e mais recentemente, de Teatro, cabe-nos refletir sobre a maneira como transmitimos o nosso conhecimento aos nossos alunos e a importância deste na formação tanto de futuros artistas como cidadãos. Este pequeno texto retrata a importância da música clássica, mas podemos encontrar um paralelismo com a Dança, a importância de aprender ballet clássico para um bailarino e com o Teatro, que devem estudar as peças de Gil Vicente ou William Shakespeare. Fazem parte da História da Humanidade e não devem ser negligenciados.

1. Western Classical Music and General Education Estelle R. Jorgensen: *Philosophy of Music Education Review*, 11, no. 2 (Fall 2003)

